



III CONGRESSO INTERNACIONAL ENSINO MÉDIO E EDUCAÇÃO INTEGRAL NA AMÉRICA LATINA

Cenários e Desafios Contemporâneos

18 e 19 de Novembro Evento totalmente online

UNISC UNIVERSIDADE DE SANTA CATARINA **Curriculo, Memórias e Narrativas em Educação** Programa de Pós-Graduação em Educação **EDUCAÇÃO** Mestrado e Doutorado **COMUNIDADE DO ENSINO MÉDIO**

UMA NOVA POLÍTICA DE GESTÃO ESCOLAR EM SANTA CATARINA E O SEUS SISTEMAS DE AVALIAÇÃO COM CONTRIBUIÇÃO DO ENSINO MÉDIO

Dhian Rafael Barbosa Ramos

No ano de 2013 o governador Estado de Santa Catarina Raimundo Colombo propôs modificar a forma de escolha da gestão da escola, deixando a indicação partidária de lado e a gestão seria escolhida pela comunidade escolar. Então através do Decreto 1794 de 15 de outubro de 2013, lançado justamente no dia do Professor, foi apresentada a nova forma de escolha. Os diretores atuais passaram por um processo de capacitação em gestão e elaboraram um Plano de Gestão Escolar que seria apresentado para a Secretaria de Estado da Educação e que em 2015 aconteceria a primeira escolha feita pela comunidade escolar.

Evidencia-se o objetivo é dar a gestão da escola a autonomia, e que a comunidade escolar (composta por pais, professores, alunos e funcionários) referende e aprove o melhor plano de gestão pelo próximo quadriênio.

O presente estudo é uma pesquisa bibliográfica e documental que tem por objetivo analisar essa política educacional, a participação da comunidade escolar e o modelo de avaliação dessa política que acontece com a participação dos alunos do Ensino Médio no estado de Santa Catarina desde 2013.

Em 2017 foi publicada a Portaria 1384/SED que institui uma forma de Avaliação da Gestão Escolar de Santa Catarina para as escolas da Rede Pública Estadual de Ensino e estabelece os procedimentos para sua realização no ano de 2017, tendo como referência 2016. A SAGE-SC é um instrumento que possibilitaria avaliar a atuação da gestão escolar por meio da coleta de dados sobre as várias dimensões da escola, trazendo subsídios para a gestão e a comunidade escolar entenderem os “avanços e entraves, para intervir, agir, problematizar, interferir e redefinir os rumos e caminhos a serem percorridos”. (Proposta Curricular de SC, 1998, p. 30)



**III CONGRESSO INTERNACIONAL
ENSINO MÉDIO E EDUCAÇÃO INTEGRAL NA AMÉRICA LATINA**

Cenários e Desafios Contemporâneos

18 e 19 de Novembro

Evento totalmente online

UNISC
UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL

Curriculo, Memórias e Narrativas
em Educação
ISSN 2175-9052

Programa de Pós-Graduação
EDUCAÇÃO
Mestrado e Doutorado

COMITÊ ORGANIZADOR
DO ENSINO MÉDIO

O processo de 2017 seria avaliado o ano anterior e a responsabilidade pelo preenchimento do questionário seria do Conselho Deliberativo escolar, mas analisado anteriormente pelos alunos do ensino médio. A avaliação serve como importante meio de encontrar subsídios e elementos para a tomada de decisões e melhoria da qualidade da educação como um todo, na construção de uma escola de qualidade, que garanta ao aluno o direito de aprender. O resultado da avaliação da gestão escolar produz elementos importantes para a reelaboração do Projeto Político-Pedagógico (PPP) e Plano de Gestão Escolar (PGE).

Segundo Fernandes a avaliação (2001):

[...] prioriza a identificação de dificuldades e sucessos, e a partir daí, formula ações com o objetivo de transformação e aperfeiçoamento da escola e do sistema educacional. Contrária à criação de rankings, é vista como meio para construir uma escola e um sistema de ensino de qualidade. Concebe a avaliação como ferramenta de melhoria e democratização da educação, com impacto positivo no processo de transformação social. É chamada de avaliação para transformação e aperfeiçoamento. (Fernandes, 2001 p. 28)

Registre-se, porém, que mesmo com a implementação do SAGE, sistema de avaliação da gestão, anualmente feita pelo estado, através de questionário respondido pelos alunos e analisado pelo Conselho Deliberativo Escolar, não é prudente ter como certa a verdadeira eficácia da gestão e os resultados expressos pelo instrumento de coleta de dados. Isso porque existe um questionário único para todo o estado, realidade que menospreza as particularidades de cada Unidade Escolar.

A consolidação de uma gestão democrática na escola não ocorre de maneira automática ou espontânea. A dinâmica das relações de poder interfere no avanço do processo, sendo preciso um esforço coletivo e direcionado para as decisões coletivas, que superem os interesses individuais. Pertine apud Arroyo (1979, p.04) que afirma:

[...] a democratização da administração da educação não significa eliminar a presença do Estado dos serviços públicos, mas buscar mecanismos para submeter às decisões de Estado ao

debate e ao controle pela opinião pública, pais, grupos e partidos.



III CONGRESSO INTERNACIONAL ENSINO MÉDIO E EDUCAÇÃO INTEGRAL NA AMÉRICA LATINA

Cenários e Desafios Contemporâneos

18 e 19 de Novembro  Evento totalmente online

   

O novo decreto Decreto 273/2023 modificou alguns requisitos para os proponentes que desejariam ser candidatos a direção escolar, modificando pontos cruciais aos decretos anteriores. Entre alguns requisitos, quem tinha 2 mandatos não poderia apresentar o plano na mesma escola, outro ponto, exigia o quórum mínimo de comparecimento de 50% em cada segmento para que a eleição se tornasse válida e terceiro a eleição aconteceria em um domingo o que dificultaria a participação da comunidade escolar. E também muda a forma de avaliação da Gestão Escolar.

A forma de avaliação da gestão também deixa de existir o SAGE – Sistema de Avaliação de Gestão e passa a existir o MAPP – Monitoramento de Avaliação e Aplicação do PGE. O MAPP está pautado em conformidade com o Decreto 273/2023 e Termo de compromisso de gestão. É dividido em quatro eixos de análise: Roteiro de monitoramento, aprovação em curso de Gestão Escolar, Participação da comunidade escolar e indicadores de aprendizagem. Ou seja, será realizado um questionário pela CRE – Coordenadoria Regional de Educação, estabelecido como roteiro de monitoramento. O Gestor tem que participar de um curso de gestão de 40h, após terá a participação da comunidade escolar e por último será analisado os indicadores da escola.

Concluindo vimos que a Política de Gestão em Santa Catarina acontece desde 2013, com essa forma de escolha, onde os proponentes ao cargo de gestão elaboram um Plano de Gestão Escolar, que é submetido pela comunidade escolar, e o plano escolhido, seu proponente será o gestor escolar nos próximos 4 anos. Embora antes disso já tivesse tido outras formas de tentativas de Gestão democrática principalmente nos anos 80 que antecede a Constituição Federal, mas que mesmo assim após a promulgação da mesma continuou o modelo retrógrado de indicação política. Com o Decreto 1794 que institui a elaboração do PGE - Planos de Gestão Escolar, outros posteriores sofreram muitas alterações ao longo dos anos, modificando para garantir mais autonomia, participação e democratização. Foi instaurado um sistema de



**III CONGRESSO INTERNACIONAL
ENSINO MÉDIO E EDUCAÇÃO INTEGRAL NA AMÉRICA LATINA**

Cenários e Desafios Contemporâneos

18 e 19 de Novembro Evento totalmente online

UNISC
UNIVERSIDADE DE SANTA CATARINA

Curriculo, Memórias e Narrativas
em Educação
ISSUE 19 - 2022

Programa de Pós-Graduação
EDUCAÇÃO
Mestrado e Doutorado

COMITÊ ORGANIZADOR
DO ENSINO MÉDIO

avaliação SAGE desde 2017 mais que por si só, através de questionário único padrão em todo o estado não garante a consolidação da Gestão democrática. Agora em 2023, com a alteração do Decreto pelo Governador Jorginho Mello, ligado a extrema direita estabeleceu mudanças drásticas nesse modelo de Gestão, pois restringe a autonomia plena da gestão democrática. Outro ponto de relevância é a extinção do SAGE - Sistema de Avaliação de Gestão que desde 2017 está em vigor, para dar entrada ao MAPP - Monitoramento e Aplicação dos Planos de Gestão com foco no monitoramento pela CRE. Concluo dizendo que a única forma de garantir a soberania da gestão seria a efetivação de uma Lei que fosse uma política de estado e não de governo, onde que não existisse decretos, portarias ou instruções normativas. Não ficando à gestão à mercê e a mudanças de cada governante. Quanto a avaliação do cumprimento do Plano é importante destacar que deveria ser respeitadas as peculiaridades de cada unidade escolar e não avaliado por um questionário específico e padronizado para todo o estado de Santa Catarina. Nesse sentido, somente uma pesquisa científica pode ajudar a esclarecer de fato de que forma a materialização dos Planos de Gestão Escolar consolida ou não a Gestão Democrática e Participativa.

Não se constrói a autonomia da escola senão mediante um entendimento recíproco entre dirigentes do sistema de ensino e dirigentes escolares, e entre estes e a comunidade escolar (incluindo pais) a respeito de que tipo de educação cabe à escola promover e de como todos, em conjunto, vão agir para realizá-lo (Lück,2008, p.97).

Como dito por Luck, a Gestão democrática somente constituirá autonomia e melhora na educação se houver engajamento de todos os envolvidos que fazem parte da comunidade escolar.

Palavras Chaves - Gestão Escolar, PGE, Avaliação, Ensino médio

REFERENCIAS

SANTA CATARINA. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação – [*Proposta Curricular de Santa Catarina: formação integral na educação básica*] / Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Educação – [S.I] :[S.n], 2014. 192 p.:Il color:30cm



III CONGRESSO INTERNACIONAL ENSINO MÉDIO E EDUCAÇÃO INTEGRAL NA AMÉRICA LATINA

Cenários e Desafios Contemporâneos

18 e 19 de Novembro

Evento totalmente online

UNISC
UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL

Curriculo, Mídias e Narrativas
em Educação
ISSUE 10 - 2019

Programa de Pós-Graduação
EDUCAÇÃO
Mestrado e Doutorado

COMITÊ ORGANIZADOR
DO ENSINO MÉDIO

LUCK, H. *Concepções e processos democráticos de gestão educacional*. 3 ed - Petrópolis,RJ: Vozes, 2008.

GOVERNO DE SANTA CATARINA. -DECRETO Nº 194, DE 15 DE OUTUBRO DE 2013 - *Dispõe sobre a gestão escolar da educação básica e profissional da Rede Estadual de Ensino de Santa Catarina*. Disponível em: <https://www.sed.sc.gov.br/professores-e-gestores/>

ARROYO, M. G. (1979). *Administração da educação, poder e participação*. Educação e Sociedade. 1 (2), 36-46. Barroso, J. (2009)

FERNANDES, M. E. A. *Avaliação Escolar: um processo de qualidade na perspectiva de construção da cidadania*. Fortaleza: Secretaria da Educação do Ceará, 2001